

AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2015: a mesma política com resultados certamente iguais em 2015

O governo acabou de apresentar a sua proposta das “Grandes Opções do Plano para 2015 (*Proposta de Lei 379/2014*) onde constam as linhas mestras da sua política para 2015, que servirão também de base para a elaboração do Orçamento do Estado para o próximo ano. E embora seja um documento com “muita parra e pouca uva” interessa conhecê-lo e analisá-lo pelo menos os aspetos essenciais (*vamos limitar a análise ao aspetos que consideramos mais importantes, já que o documento do governo é muito extenso com em 160 págs.*) para se ficar a conhecer quais são as intenções do governo para o próximo ano.

CONTINUAR COM A MESMA POLITICA EM 2015: eis o objetivo do governo

A proposta de lei do governo começa por apresentar quais são os objetivos: (a) Transformação estrutural da economia portuguesa; (b) Sustentabilidade das Finanças Públicas; (c) Promoção da Solidariedade, Justiça, Segurança, Política externa e Defesa Nacional. No entanto, todos estes objetivos se subordinam a um “enquadramento estratégico” que não é a transformação estrutural da economia portuguesa (modernização, aumento do valor acrescentado e da intensidade tecnológica, crescimento económico, etc.), mas sim à “estratégia de consolidação orçamental” (artº2º).

E como tudo isto já não fosse suficiente, no artº 3º repete-se novamente o mesmo. Os objetivos: (a) Mudança e a transformação estrutural da economia portuguesa; (b) Finanças Públicas: desenvolvimento da estratégia orçamental; (c) Cidadania, justiça e segurança e estratégia orçamental; (d) Política externa e Defesa Nacional; (e) Medidas setoriais. No entanto, sujeita-se todas estas políticas ao “enquadramento orçamental”, ou seja, à “sua compatibilidade com os compromissos internacionais”, isto é com a continuação da política de consolidação orçamental e do Tratado Orçamental (redução do défice para 2,5% e sua continuação nos anos seguintes, e redução da dívida para 60%, ou seja, a uma média anual de 4 pontos percentuais (6.800 milhões €/ano). E isso, na ótica do governo, só se consegue com mais cortes na despesa pública (salários, pensões, saúde e educação) e com mais impostos. Portanto, nada de novo: apenas a intenção, enquanto os portugueses o deixarem, de continuar a política de destruição.

O AUTOELOGIO DO GOVERNO NÃO PODIA SER ESQUECIDO

Como acontece em quase todos os documentos do governo, para se autoelogiar, o governo começa a sua proposta de lei com um longo “preâmbulo “ sobre o passado (págs. 9-13), para depois dizer que o realizado criou as condições para a *recuperação gradual da economia* (págs. 13- 14), no entanto logo a seguir contradiz-se dizendo que “*importa prosseguir o ajustamento de acordo com os compromissos assumidos perante os parceiros internacionais*” (pág. 14-15);” *a sustentabilidade das finanças públicas assenta na continuidade da disciplina orçamental*” (págs. 16-17). A pergunta que se coloca imediatamente é esta: Se criou já as condições para a recuperação da economia por que razão é preciso continuar com a mesma política que está a destruir a economia e a vida dos portugueses? No entanto, o governo não entende a contradição em que cai.

A transformação estrutural que as GOP's referem, resume-se, no fundo, às “*inúmeras e abrangentes reformas estruturais levadas a cabo no país nos últimos anos*” (pág.18), ou seja, à desregulamentação das leis dos trabalhadores para tornar mais frágil a posição do trabalhador em relação à entidade patronal; à venda em saldo de empresas públicas e de participações públicas em empresas; ao aumento enorme de impostos; aos cortes brutais na despesa pública essencial (saúde, educação, segurança social, etc.) e ao despedimento de dezenas de milhares de trabalhadores da Administração Pública, que está a provocar uma profunda degradação dos serviços públicos prestados à população. Eis, no fundo, a que se resume a transformação estrutural e os resultados alcançados

O CRESCIMENTO ECONÓMICO E O EMPREGO TEM-SE DE SUBORDINAR TOTALMENTE À REDUÇÃO DO DÉFICE E DA DÍVIDA

Na “*Estratégia de crescimento, emprego e fomento industrial*” referida no documento do governo (págs. 19-22), que devia ser um dos pilares importantes da transformação

estrutural da economia, no entanto as únicas medidas concretas “anunciadas” são as “medidas setoriais de estímulo ao investimento e competitividade fiscal (reforma do IRC, e algumas alterações pontuais no Código Fiscal de Investimento com o objetivo de dar mais benefícios fiscais às empresas e que está em discussão na Assembleia da República), a requeitada Instituição Financeira de Investimento (IDF) que nunca mais arranca, um “*novo regime especial de vistos de residência para start-ups em Portugal*”, IRC zero” para as “*Bussiness Angels*”, depois um conjunto de declarações de boas intenções sobre “*criação de medidas de dinamização do mercado de capitais, maior capacidade e facilidade de acesso ao crédito*”, e “*dinamização de uma forma de trabalho com um nível médio de qualificação*”. Perante a pobreza de ideias e de medidas, não será desta forma que se conseguirá uma “*transformação estrutural da economia*” e a recuperação da economia.

A FALTA DE UM CENÁRIO MACROECONÓMICO TORNAM AS “GOP’s” UM TIRO NO ESCURO

Apresenta-se as “GOP’s-2015”, pela primeira vez, sem qualquer cenário macroeconómico, o que torna as “GOP’s” um autêntico tiro no escuro. O governo reconhece assim que não tem qualquer ideia como a economia vai evoluir no próximo ano, e se o que apresenta é exequível. E a desculpa é que o INE está a elaborar “*as novas Constas Nacionais em SEC2010 que só serão divulgadas em final de Setembro*” (pág. 22). Portanto, a proposta de GOP’s para 2015 foi elaborada sem assentar em qualquer cenário previsional da evolução da economia portuguesa em 2015, desconhecendo como ela vai evoluir e quais serão impactos nela das “medidas anunciadas”, e da economia nos resultados das medidas, portanto, sem qualquer avaliação. É mais um tiro no desconhecido, esperando que a economia desenvolva de acordo com os desejos do governo, mas a experiência já mostrou que isso não acontece.

AS MEDIDAS ENUNCIADAS SE FOREM APLICADAS SÓ PODERÃO LEVAR A UMA DESTRUIÇÃO AINDA MAIOR DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE PORTUGUESA

Na 2ª parte do documento do governo, que designa por 2ª opção – “Finanças Públicas, desenvolvimento e estratégia orçamental” – torna-se a repetir os compromissos orçamentais já feitos na 1ª parte (o fundamentalismo e a pobreza de ideias do governo para o país é tão grande que ele tem necessidade de repetir continuamente o mesmo). E passamos a enumera-los: (a) “*Portugal está ainda obrigado à correção da situação de défice excessivo até 2015*; (b) *O saldo orçamental estrutural convirja para o objetivo de a médio prazo definido em -0,5% do PIB*; (c) “*No que respeita ao rácio da dívida pública no PIB, o valor em excesso relativamente aos valor de referência dos 60% deverá ser reduzido a uma taxa média de 1/20 ao ano*; (d) *Finalmente, para obter “a redução do défice de 2,5% prevista para 2015 houve a necessidade de identificar um conjunto de poupanças no valor 0,8% , ou seja, no montante 1.400 milhões €”* (mas que não diz quais são); (e) *Reforma do processo orçamental com o objetivo de aumentar o controlo através da inclusão de mais 90 novas entidades no perímetro orçamental*; (f) *Redirecionar o controlo orçamental para o controlo dos compromissos que já levou ao estrangulamento financeiro dos Hospitais públicos e de mais entidades públicas*. Portanto, fazer o mesmo que no passado, repetir os mesmos erros, o que só pode agravar a crise.

A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DA CONTINUAÇÃO DA RACIONALIZAÇÃO QUE SIGNIFICA MUITO MENOS TRABALHADORES

O governo começa por gabar-se dizendo que só no período compreendido entre 31.12.2011 e 30.6.2014, reduziu o número de trabalhadores das Administrações Públicas (Central, Local e Regional) em 59.607, o que significou uma redução de 9,7%, portanto indo para além do exigido pela “*troika*”. E apresenta o objetivo para 2015 da seguinte forma: “*No futuro, é imprescindível manter o passo de racionalização das Administrações Públicas de modo a concluir o processo de transformação estrutural*” (pág. 31). E aponta para 2015 com uma “*aposta no rejuvenescimento e na valorização na AP “ através de programa de estágios profissionais” e de um “Plano de implementação da garantia jovem que incluem a realização de estágios profissionais em embaixadas e consulados*

portugueses” (pág. 37). E na pág. 40 aponta para o “descongelamento gradual das carreiras”, “qualificação profissional que reforce o mérito” e “melhoria dos modelos de avaliação” mas, só “na medida da disponibilidade orçamental”, o que significa que os trabalhadores não poderão esperar nada, pois tem sido este o argumento do governo para congelar carreiras e salários, para despedir, e para fazer cortes nos salários.

MAIS BENEFÍCIOS FISCAIS PARA AS EMPRESAS E MANUTENÇÃO DA ELEVADA CARGA FISCAL SOBRE OS TRABALHADORES E PENSIONISTAS

A política fiscal do governo tem como objetivo principal, como ele refere logo no início, “a *consolidação das condições de competitividade da economia portuguesa*”. Para o governo, os trabalhadores e os pensionistas estão num segundo plano. Para isso, o governo pretende aprovar “*um novo Código Fiscal do Investimento*” (pág. 41) com o objetivo de conceder mais benefícios fiscais às empresas; reforçar o combate à fraude e evasão fiscal, mas não com o objetivo, de aproveitar os aumentos de receitas, para baixar os impostos sobre trabalhadores e pensionistas. E embora refira na pág. 47 à “reforma da tributação das pessoas singulares” não toma qualquer compromisso em baixar as taxas de IRS, nem em tornar o imposto mais progressivo, nem em aumentar as deduções, pois só medidas desta natureza é que poderiam representar uma redução do “enorme aumento de impostos” que atinge quem trabalha e recebe pensões. A medida que os media falam – descida de 1 ponto percentual na sobretaxa de IRS de 3,5% - não consta das GOP's, e o que o governo tenciona fazer é enganar a opinião pública. Reduz a sobretaxa de IRS em 1 ponto percentual, mas aumenta os impostos sobre os combustíveis (e outros, como bilhetes de avião) entre 2,75% e 8,37% (depende do tipo de combustíveis) por cada 15€ aplicada a uma Tonelada CO2. É evidente que um aumento do imposto sobre combustíveis determinará, por cadeia, subidas nos preços de muitos outros bens (eletricidade, transportes, e de outros produtos que utilizam energia na sua produção e que são imensos). O que governo quer é dar ilusão que reduz o IRS, mas com outra mão vai ao bolso dos contribuintes tirando eventualmente mais do que antes “deu”.

A REESTRUTURAÇÃO DO “SEE” E A PRIVATIZAÇÕES DOS TRANSPORTES E DO LIXO

Este governo tem-se caracterizado desde o início por um ataque brutal ao Setor Empresarial do Estado (SEE) e pela venda de empresas públicas ou de participações públicas a preço de saldo (CIMPOR, ANA, CTT, REN, EDP, Hospitais e empresas de seguros da CGD, etc.) a grupos económicos e financeiros, nomeadamente estrangeiros, que assim têm enriquecido à custa do património público, tornando o Estado cada vez mais frágil e incapaz de promover o crescimento económico e o desenvolvimento do país, assim como o combate às desigualdades. E como é claro das “GOP's”-2015, este governo tenciona continuar com essa política de destruição até ao último dia que esteja em funções. Para isso, e segundo o que consta da proposta de lei que apresentou, tenciona: (1) Aplicar medidas de redução de despesas “tendo em vista a manutenção do equilíbrio orçamental das empresas públicas”; (2) “Continuar a avaliar o lançamento de processos de concessão e de privatização”. E acrescenta que “*relativamente às empresas públicas do setor de transportes – Carris, STCP, CP – foi estendido o processo de reestruturação financeira, já em 2014, tendo em vista a atribuição de concessões à iniciativa privada*” (pág. 53). É evidente que isto a concretizar determinará inevitavelmente mais aumentos nos preços dos transportes, pois os privados querem ter lucros, e degradação dos serviços públicos (os privados para lucrarem, reduzirão os custos).

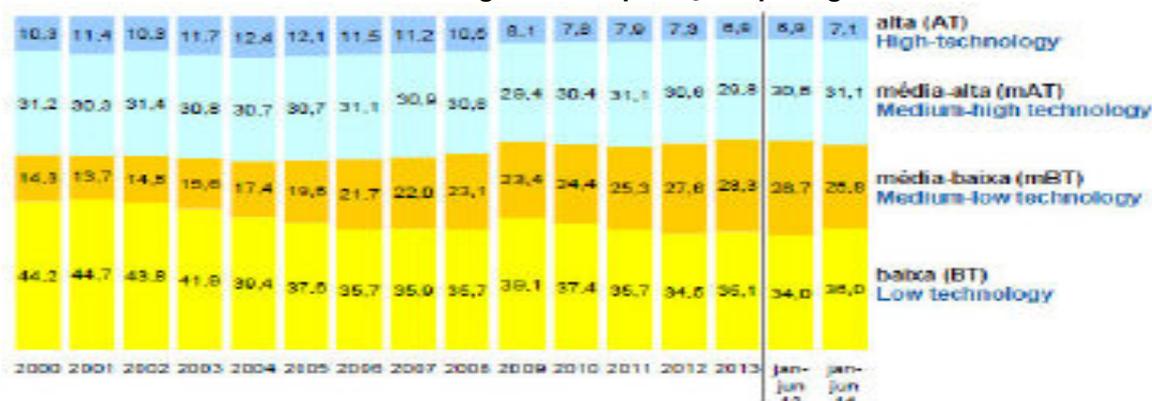
No entanto, o governo PSD/CDS não fica por aqui, tendo incluído nas GOP's-2015 um ambicioso programa de privatizações (pág. 58) agora dos transportes. Para além de se gabar que com as privatizações que fez já arrecadou 9.2000 milhões €, que ninguém sabe em que foi aplicado, pois com este governo a dívida pública aumentou de 185.844 milhões € para 262.142 milhões € (+ 76.298 milhões €), este governo apresenta uma extensa lista de mais privatizações que pretende fazer, e das quais destacamos as

seguintes (págs. 58-60): (1) Empresa Geral do Fomento (EGF), holding do Grupo Águas de Portugal que concentra a atividade na gestão de resíduos sólidos; (2) TAP; (3) CP Carga; (4) Sociedade Transportes Coletivos do Porto; (5) Metro do Porto; (6) CARRISTUR- Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Lda; (7) Concessão das operações dos serviços públicos de transportes de Lisboa (Carris, Metropolitano de Lisboa). Portanto, mais duas áreas importantes de serviços públicos – lixos e transportes públicos - que o governo pretende entregar à lógica do lucro dos privados, naturalmente com consequências nefastas para a população.

O FIASCO DA POLITICA DO GOVERNO NA ÁREA DA ECONOMIA

Na pág. 134 das GOP's-2015, o governo afirma que a *“internacionalização da economia portuguesa através do crescimento das exportações é um pilar fundamental para o novo ciclo económico”* e que *“em 2015, continuarão a ser implementadas medidas.. promovendo o investimento em setores, intensivo em tecnologia ou conhecimento, com potencial crescimento”*. Em primeiro lugar, a recuperação anémica da economia tem sido conseguida fundamentalmente à custa do consumo interno e não das exportações; em segundo lugar, a política de aumento das exportações de bens de elevada intensidade tecnológica tem-se saldo por um fracasso como confirma o Ministério da Economia.

Quadro 1- Intensidade tecnológica das exportações portuguesas – 2000/2013



Como mostra o quadro 1 divulgado pelo Ministério da Economia (ver *Estatísticas de Bolso nº 8/2014*), entre 2000 e 2013, o peso das exportações de produtos de alta intensidade tecnológica diminuiu de 10,3% para 6,8%; e a exportação dos de média-alta tecnologia baixou também de 31,2% para 29,8%. O que aumentou foi a exportação dos produtos de média-baixa intensidade tecnológica (passaram de 14,3% para 28,3%)

A SEGURANÇA SOCIAL DEIXA DE SER, PARA O GOVERNO, UM DIREITO COMO DISPÕE A CONSTITUIÇÃO E PASSA A SER UMA “DADIVA” DA POLITICA ASSISTENCIALISTA

Em relação à Segurança Social, o governo, e isso é claro nas GOP's-2015, substituir o direito constitucional por um conjunto de programas de assistencialismo de combate à pobreza (*é um novo paradigma que está em curso*). A Segurança Social deixa de ser um direito, como dispõe a Constituição da República, e passa a ser um conjunto de “dádivas/esmolas” concedidas fundamentalmente aos mais pobres. Daí as GOP's estarem recheadas de entidades (Redes Locais de Intervenção Social, IPSS), de programas (PES – Programa de Emergência Social), e de protocolos de cooperação (Protocolo de Cooperação) com esse objetivo. Mas tudo financiado com dinheiro público da Segurança Social (*em 2014, rondam os 1.500 milhões €*), tornando-se um negócio para muitas das centenas de organizações que proliferam em Portugal com o objetivo de auxiliar os pobres com dinheiros públicos. O governo, com a sua política, “produz” em massa pobres; e depois utiliza o dinheiro do Orçamento do Estado dando a essas entidades através da Segurança Social que depois elas, sem qualquer controlo eficaz por parte do Estado, o utilizam de acordo com os seus critérios concretos próprios, muitas vezes não apoiando os que efetivamente precisam mais mas sim aqueles que têm mais posses para pagar. Em relação à sustentabilidade da Segurança Social, o governo apenas *“propõe-se o aprofundamento de algumas medidas que têm vindo a ser tomadas”* (pág. 165). Portanto, muito pouco, e mesmo com uma formulação muito obscura certamente para esconder os verdadeiros objetivos. E ficamos por aqui porque este texto já vai longo.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 21.9.2014